

Processo: TC-010385.989.22-3
Principal: TC-020909.989.22-4
Contratante: Prefeitura Municipal de Carapicuíba
Responsáveis: Marco Aurélio dos Santos Neves – Prefeito;
José Roberto da Silva – Secretário Municipal de Obras e Serviços
Contratada: Engeç Construções e Participações Ltda.
Objeto: Construção de 1.000 jazigos no Cemitério Municipal.
Em exame: 1º Termo Aditivo ao Contrato n. 76/2020.
Face aos apontamentos da Fiscalização (evento n. 17), com fundamento no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO responsáveis para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, adotar providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentarem justificativas.

No mesmo interregio, faculto à Contratada a apresentação de alegações de interesse.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetuadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-001813.989.22-5
Concessor: Diretoria de Ensino - Região de Mirante do Paranapanema - Secretaria da Educação
Responsáveis: Rossieli Soares da Silva (Secretário Estadual da Educação)
Enio Magalhães (Direigente Regional de Ensino)
Joceli Vieira Gonçalves Barreto
Kleber Aparecido Guarnieri Alves
Beneficiária: Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha Paulista
Responsável: Christian Fuzuki Ikeda (Prefeito à época)
Assunto: Repasses a Órgãos Públicos
Em exame: Prestação de Contas de 2019

Transcorrido in albis o termo fixado no evento 30, reitero notificação a Sra. Joceli Fuzilli Gonçalves Barreto e aos Srs. Enio Magalhães e Christian Fuzuki Ikeda, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento dos autos e apresentem alegações de interesse.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetuadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
PROCESSO: TC-007682.989.21-5
REQUERENTES/OPOSTANTES: Milton Pereira de Souza, sócio da empresa Source Technology Ltda. (CNPJ: 04.098.680/0001-89)
MENCIONADA: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (CNPJ: 46.523.270/0001-88)

RESUMO: Comunicação possessiva irregularidade na condução da licitação na modalidade Convite nº 81/2019 (Processo Licitatório nº 3023/2019-01), promovida pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, objetivando a contratação de empresa que possa certificação Oracle Sold Partner para realização da atualização/imigração e suporte junto à conversão das licenças de banco de dados Oracle 10G para a versão 12c, conjuntamente com a criação/configuração de um novo ambiente Oracle Real Application Clusters junto aos servidores de banco de dados que utilizaram a solução de gestão de saúde pública municipal (GIS)

EXERCÍCIO: 2019
PROCESSO REFERENCIADO: TC-003323.989.20-2
ADVOGADA: Dalciani Felizardo (OAB/SP 299.287)
Em que pese o esforço da postulante, sequer apresentou complementares ora deduzidos no evento 48 não capazes de alterar o destino conferido ao expediente TC-007682.989.21-5 no bojo do parecer emitido sobre as contas de 2020 do Prefeito de Mogi das Cruzes (TC-003323.989.20-2).

Naquela oportunidade, determino-se o arquivamento do protocolo devido ao ingresso intempestivo da peça, que inviabilizou o designio primevo de avaliação dos fatos narrados por ocasião da inspeção ora realizada in loco (conforme proposto pela Presidência), e também em razão da subjetividade das assertivas ali lançadas, as quais, ademais, referem-se a certame cujas despesas decorrentes sequer alcançaram o patamar de 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESPs, balizado pelo artigo 5º da Resolução nº 03/20 do TCE-SP.

Com efeito, sem veicular quaisquer indícios verossímeis de fraude, conluio ou simulação, fia-se a insurgença endereçada a esta Corte na reprovabilidade abstrata de que empresas com similaridade de sócios participem de licitações processadas sob a modalidade Convite, contexto em elaborei reprimido outora, hodiernamente exige evidencição do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação, segundo jurisprudência mais recente, o que não logra a inicial expulsa.

Nas circunstâncias, por não vislumbrar superveniência capaz de alterar o encaminhamento já conferido à matéria, reitero comando de arquivamento do expediente TC-007682.989.21-5.

Publique-se.
DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processos: 1. TC-014401.989.22-3
2. TC-014519.989.22-2

Representantes: 1. Litomar Comércio de Produtos Alimentícios Eireli.

2. Claudio Luiz Ursini (OAB/SP nº 154.908).

Representada: Prefeitura Municipal de São Vicente.
Responsáveis: Marta Aparecida da Cruz Sousa Florindo, Chefe do Departamento de Compras e Licitações; Kaylo Felipe Nachtliar Amado, Prefeito.

Assunto: Representações contra o edital do Pregão Eletrônico nº 51/2022, da Prefeitura Municipal de São Vicente, objetivando o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios (carnes) destinados ao atendimento de estudantes das unidades escolares da rede pública municipal e estadual de ensino do município, pelo período de 12 (doze) meses.

Disciplina Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 5.704, de 11 de novembro de 2021, Lei Municipal nº 1.215-A/02-1931-A/07 de 21/11/2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.

Sessão Pública: 27/06/2022 (9h50min).
Advogados Isabella Cardoso Adegas (OAB/SP nº 175.542) e Duilio Rosano Junior (OAB/SP nº 272.858).

Em Exame: Pedido formulado pela Prefeitura de São Vicente com vistas à concessão de prazo adicional de 5 dias para apresentação de justificativas.

Concedo prazo adicional de 5 (cinco) dias à Prefeitura Municipal de São Vicente para apresentação de justificativas.

Publique-se.

Processo: TC-012270.989.22-1

Representante: Luiz Fernando Nascimento Barbosa

Representado: Prefeitura Municipal de Itatiba

Assunto: Representação visando ao Exame Prévio de Edital de Pregão presencial nº 45/2022, processo administrativo nº 1280/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Itatiba

objetivando contratação de empresa para prestação de serviço de alimentação escolar.

Em exame: Pedido de vista formulado por Carlos Eduardo Aquila (OAB/SP 431.004), advogado não constituído nos autos (evento 17).

Com fulcro no inciso XIII do artigo 7º da Lei Federal nº 8.096/04 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), defiro vista dos Autos por 5 (cinco) dias ao Dr. Carlos Eduardo Aquila (OAB/SP 431.004).

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-000027/015/18 CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde ORGANIZAÇÃO SOCIAL: Irmadade da Santa Casa de Andradina Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000054/008/18 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Secretaria de Estado da Saúde - Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto - DRS XV ENTIDADE CONVENIADA: Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000072/014/14 CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba CONVENIADA: Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000299/012/13 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Registro ENTIDADE CONVENIADA: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro – APAMIR Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000419/014/10 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba ENTIDADE PRIVADA CONVENIADA: Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000436/012/15 ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Registro ENTIDADE CONVENIADA: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Registro – APAMIR Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-001149/014/12 CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Ubatuba CONVENIADA: Santa Casa de Misericórdia Imbatuba Senhor dos Passos de Ubatuba Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-001915/007/14 - Órgão Público: Secretaria de Estado da Saúde. - Beneficiária: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM. - Objeto: Prestação de contas do exercício de 2013, em função do Contrato de Gestão celebrado no processo nº 001.0500.0001/21/2013, assinado em 15/9/13. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-014617/026/13 - Órgão Público: Prefeitura Municipal de Guanulhos. - Beneficiária: Associação Educacional e Social do Parque Uirapuru e Região – A.E.S.P.U.R. - Objeto: Repasses ao Terceiro Setor. Advogado(s): Pedro Bandeira Lima (OAB/SP nº 466.850), Leandro Wagner Lourenço (OAB/SP nº 231.392), Jurandir Fernandes Ferreira (OAB/SP nº 113.150), Fábio Barbalho Leite, OAB/SP nº 168.881. Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: TC-015277/026/15 ÓRGÃO PÚBLICO CONCESSOR: Secretaria de Turismo - Departamento de Apoio às Estâncias - DADE ÓRGÃO PÚBLICO BENEFICIÁRIO: Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista Estes autos preenchem as condições previstas na Resolução nº 03/20. Sendo assim, determino o arquivamento no estado em que se encontram, ficando assegurada, na forma disciplinada pelo seu artigo 2º, a retomada da instrução.

Publique-se.
PROCESSO: 00004240.989.22-8 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO INTERESSADO(A): ANTONIO CARLOS RESCHINI ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2022 EXERCÍCIO: 2022 INSTRUÇÃO POR: UR-13 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00005564.989.22-6, 00010685.989.22-0 Notifico os interessados, acima nomeados, para que tomem conhecimento do quanto apontado no Relatório de Acompanhamento relativo ao 1º Quadrimestre de 2022 (evento 16.23), elaborado pela Unidade Regional de Ribeirão Preto - UR-6, alertando-os de que os aspectos abordados e eventual regularização das falhas apontadas serão sopesados quando da emissão do parecer sobre as referidas contas. O conteúdo desse despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00004335.989.22-4 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO PREFEITO: LUCAS GIBRI SEREN ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2022 EXERCÍCIO: 2022 INSTRUÇÃO POR: UR-06 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00007097.989.22-2 Notifico os interessados, acima nomeados, para que tomem conhecimento do quanto apontado no Relatório de Acompanhamento relativo ao 1º Quadrimestre de 2022 (evento 16.23), elaborado pela Unidade Regional de Ribeirão Preto - UR-6, alertando-os de que os aspectos abordados e eventual regularização das falhas apontadas serão sopesados quando da emissão do parecer sobre as referidas contas. O conteúdo desse despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: 00006999.989.20-5 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO PARANGITÁ PREFEITA: ANA LUCIA BILARD SICHERLE ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00002284.989.21-7, 00006848.989.21-6 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 41.32) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.
PROCESSO: TC-009970.989.22-4 INTERESSADOS: CONVENIENTE: SUBSECRETARIA DE CONVENIÇOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL MARCO ANTONIO SCARASATI VINHOU (SECRETÁRIO DE ESTADO) VAND

ANDRADE PINTO VICENTINI (SUBSECRETÁRIA) CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO ADVOGADO: WILSON JULIAN (OAB/SP 112.267) / DOUGLAS EDUARDO PRADO (OAB/SP 123.760) / LUIZ MARIO PEREIRA DE SOUZA GOMES (OAB/SP 129.395) / SYLVIO VILLAS BOAS DIAS DO PRADO (OAB/SP 161.094) / ANDREA LUZIA MORAES PONTES (OAB/SP 210.737) / DAIANE OLIVEIRA PIMENTA BAHIA DO BONFIM (OAB/SP 333.252) / FREDERICO AUGUSTO PEREIRA (OAB/SP 352.178) ORLANDO MORANDO JUNIOR (PREFEITO) ASSUNTO: CONVÊNIO nº 101540 de 08/12/2021. OBJETO: Pedido de infratratamento de urgência. Processo Digital nº 11814. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: DF-07 Evento 25.8 do TC-009970.989.22-4. Em face dos apontamentos consignados pela DF-07 no evento referenciado, assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses. Advirto que, na conformidade da declaração lavrada no Termo de Ciência e de Notificação (evento 1.16), todos os interessados acima nomeados se deram por identificados de que os atos processuais estariam sujeitos à análise e julgamento deste Tribunal, que se processariam por meio eletrônico e mediante divulgação no Diário Oficial do Estado, bem como por notificações para: "a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; b) Se for o caso e de nosso interesse, os prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber". Registro, ainda, que conforme identificados pelo referido Termo, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico e em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP, os interessados poderão ter acesso ao processo, ter vista e extrair cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012453.989.22-0 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA PREFEITO: APARECIDO NASCIMENTO SOBRAL ASSUNTO: INFORMAÇÕES NÃO ENCAIMINHAS DO SISTEMA AUDES - FASES I, II E IV ATÉ 24/5/2022. EXERCÍCIO: 2022 INSTRUÇÃO POR: UR-05 Diante das informações constantes dos autos sobre a falta de cumprimento dos prazos de encaminhamento a este Tribunal de informações devidas ao Sistema Audesp - Fases I, II, IV, evento nº 2º, configurada que resta a hipótese prevista no inciso III, do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93, APLICO ao Senhor Aparecido Nascimento Sobral, Prefeito do Município de Marabá Paulista, multa no valor correspondente a 160 (cento e sessenta) UFESPs, cujo recolhimento deverá ser providenciado nos termos da Lei Estadual nº 11.077/02 e devidamente comprovado perante esta Corte de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: TC-014804.989.22-6 REPRESENTANTE: KAIQUE MARQUES PADIAL REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA ADVOGADO: DIEGO GOMES DA SILVA (OAB/SP 290.561) / JEREMIAS ARIEL MENGHI DOS SANTOS (OAB/SP 381.596) ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petições formuladas em face do Edital da Concorrência Pública nº 02/2022 da Prefeitura Municipal de Lorena, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modernização do Sistema de Iluminação Pública por tecnologia LED e implantação de postes inteligentes multiplacativos e rede wi-fi em diversas vias e praças naquele município, incluindo materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projeto básico, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. PROCESSO DEPENDENTE: TC-014807.989.22-3

PROCESSO: TC-014807.989.22-3 REPRESENTANTE: FELIPE CRUZ SCALABRINI REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA ADVOGADO: DIEGO GOMES DA SILVA (OAB/SP 290.561) / JEREMIAS ARIEL MENGHI DOS SANTOS (OAB/SP 381.596) ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petições formuladas em face do Edital da Concorrência Pública nº 02/2022 da Prefeitura Municipal de Lorena, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modernização do Sistema de Iluminação Pública por tecnologia LED e implantação de postes inteligentes multiplacativos e rede wi-fi em diversas vias e praças naquele município, incluindo materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projeto básico, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. PROCESSO PRINCIPAL: TC-014804.989.22-6

Kaique Marques Padial e Felipe Cruz Scalabrini apresentam petições com o propósito de impugnar o Edital da Concorrência Pública nº 02/2022 da Prefeitura Municipal de Lorena, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modernização do Sistema de Iluminação Pública por tecnologia LED e implantação de postes inteligentes multiplacativos e rede wi-fi em diversas vias e praças naquele município, incluindo materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projeto básico, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. Kaique Marques Padial, em síntese, questiona: a) a exigência de tributos de forma genérica, pois deveriam ser requeridos, de forma específica, apenas aqueles relacionados diretamente com o objeto; b) a requisição de cadastro do Responsável Técnico CREA, porque dispensável, bem como a solicitação de registro atualizado da empresa no CREA do Estado de São Paulo, por desatender ao art. 30, I, da Lei nº 8.666/93 (subitem 10.2.1.4, "b.1." e "b.1.1."); c) a exigência de amostra, juntamente com a proposta, de 1 (uma) luminária para cada potência definida, destacando, ainda, a inadequação de que elas viessem acompanhadas do documento fiscal, por entender a medida desnecessária e restritiva do art. 33, c.c. art. 19.1, do Projeto Básico; e, d) a exigência de prova de experiência em parcelas específicas para fins de qualificação técnica (troca de iluminação convencional por LED ou instalação de luminárias LED e instalação, fornecimento e operação de ponto de internet banda larga com equipamentos wi-fi), em desatensão à Súmula nº 30 deste E. TCESP (subitem 10.2.1.4, "b.2." e "b.3.").

Pede o recebimento e processamento da sua Representação como Exame Prévio de Edital, com a imediata suspensão do procedimento e, no mérito, requer o julgamento pela procedência, determinando-se as adequações necessárias, com a republicação do Edital. Felipe Cruz Scalabrini, em resumo, também se opõe à parcela de maior relevância eleita para comprovação da qualificação técnica, porque os itens selecionados não teriam "relevância financeira e técnica", como no caso de "instalação, fornecimento e operação de Ponto de Internet banda larga com equipamentos wi-fi, serviço de manutenção incluso, conforme normas da ANATEL", e, em vez disso, requer a suspensão da licitação, bem como que seja determinada a revisão/retificação do Edital, a fim de excluir as irregularidades apontadas. Consoante instrumentos convocatórios anexados junto às Vestibulares, os envelopes deverão ser entregues às 9h30 do dia 4/7/22, próxima segunda-feira (subitem 1.7.3). Passo à análise da matéria impugnada e, em decisão preliminar e de urgência, pondero haver verossimilhança na crítica à possível restrição injustificada da participação de interessados, diante das exigências de qualificação técnica ora questionadas. Dentre outros, a título ilustrativo, destaco o quanto decidido no TC-023188.989.21-4, sob minha Relatoria, em Sessão Plenária de 22/2/22: No exame de editais de licitação divulgados para contratação de serviços relacionados à manutenção, conservação e/ou melhorias da rede de iluminação pública municipal, a omissão deste E. Tribunal tem reprovado a condição de habilitação que pressupunha a demonstração de experiência no fornecimento de luminárias na tecnologia em "led", tendo em vista a proibição de comprovação de experiência em atividade específica, conforme enunciado nº 30 da nossa Súmula de jurisprudência.

Desse feita, sem exaurir os pontos questionados, justifica-se a intervenção deste E. Tribunal no procedimento em pauta, com o intuito de se evitar prejuízo não só a direitos subjetivos, como também ao interesse público. Nesse contexto, DEFIRO medida liminar aos Representantes Kaique Marques Padial e Felipe Cruz Scalabrini, mandando que a Prefeitura Municipal de Lorena suspenda o andamento da Concorrência Pública nº 02/2022, bem como determinando o processamento das iniciais sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assi sendo, assino à Autoridade Responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pleno conhecimento das Representações e do conteúdo desta liminar, encaminhando informações e documentos, bem como cópia do instrumento convocatório impugnado, para esclarecimento das controvérsias apresentadas. Pontuo que deverão ser mantidos acessíveis no site do Órgão Público, sem a necessidade de cadastro obrigatório, toda documentação e informações atinentes à licitação, inclusive informação de que ela se encontra suspensa, sob pena de multa. Por último, reiteiro aos Responsáveis Legais a responsabilidade de se abstêm da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta E. Corte sobre o mérito da matéria, devendo eventual anulação ou revogação do certame ser informada no processo com a juntada da respectiva publicação no DOE.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

PROCESSO: 00014737.989.22-8. REPRESENTANTE: CARVALHO MOUTOSERVICIOS EIRELI (CNPJ 03.662.899/0001-04) ADVOGADO: JEFFERSON RENOSTO LOPES (OAB/SP 269.887). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA (CNPJ 47.970.769/0001-04) ADVOGADO: ALEXANDRE TRANCO FILHO (OAB/SP 258.980). ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio de Edital de Pregão Presencial nº 125/2022, processo nº 011437.2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Franca, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, assio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos necessários e pertinentes, devidamente uniformizados e identificados nas Unidades de Urgência e Emergência do Município de Franca, sendo Pronto Socorro de Referência, Pronto Socorro Infantil, UPA Jardim Aeroporto e UPA Jardim Anita. EXERCÍCIO: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-17.

Trata-se de representação formulada pela parte em epígrafe em face do edital em referência, instaurado pela Prefeitura de Franca, com base na Lei nº 10.520/02, objetivando a prestação de serviços de limpeza, assio e conservação predial, nos termos definidos no ato convocatório.

De forma breve, reclamo que a edital não proíbe expressamente a participação às entidades sem fins lucrativos e cooperativas.

Sustento que tal possibilidade feriria o princípio da isonomia e seria incompatível com o regime das cooperativas, diante da imilitação de subordinação existente.

Citou, em seu pedido, precedentes desta Corte a favor de sua tese.

Segundo consta, a data de abertura foi marcada para o dia 4/7/2022.

Já a exordial foi protocolizada em 29/6/2022.

Decido.

O teor do pedido comporta uma análise mais pormenorizada, com a cautela que o caso requer, já que há, sobretudo, sinais de confronto com a nossa jurisprudência, a exemplo dos precedentes citados.

Ante o exposto, recebo a matéria como Exame Prévio de Edital, bem como DETERMINO ao Órgão em tela que apresente a este Tribunal, na via eletrônica, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da publicação deste despacho, uma cópia integral do edital em referência, para o exame previsto no art. 113, § 2º da Lei nº 8.666/93 ou, alternativamente, certifique a esta Corte que a via do texto convocatório acostada aos autos pela Representante corresponde fielmente à integralidade do original.

DETERMINO também, agora com fundamento no parágrafo único, nº 10, art. 53 do RITCESP, que o correspondente procedimento licitatório seja SUSTADO de imediato e assim permaneça até que se profira decisão final sobre o caso. RESSALVADA A HIPÓTESE DE EVENTUAL REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 – a qual, se eventualmente tomada, deverá ser comunicada.

Fica ainda a Administração responsável NOTIFICADA para apresentar suas justificativas sobre os pontos aqui questionados, no mesmo prazo acima fixado, em defesa do ato cuja legalidade se vê contestada.

Alerto a Prefeitura em tela para que mantenha a acessibilidade dos documentos pertinentes ao certame em seu site eletrônico (internet) ou em outro por ela indicado, os quais deverão estar no formato "pdf" com recurso de pesquisa disponível, sem a necessidade de cadastramento prévio ou de senha de acesso.

Publique-se.

Ao Cartório para as devidas providências.

PROCESSO: 00000513.989.22-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79) ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / JULIANA RODRIGUES ZAMBONI (OAB/SP 424.545). ORGANIZ. SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DAS SENHOREAS CRISTAS REGENANDES (CNPJ 43.762.444-0001-88) ADVOGADO: CLEBER SERAFIM DOS SANTOS (OAB/SP 136.518). GERENCIADA: UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARACATUBA. INTERESSADO(A): APARECIDO SERIO DA SILVA DILADOR BORGES DAMASCENO CARMEM SILVIA GUARIENTE ANTONIO DOMINGOS DE CAMARGO. ASSUNTO: EDITAL Nº 008/2016 LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2016, CONTRATO DE GESTÃO SMSA Nº 067/2016 OBJETO GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL PARA ATUAR EM UM CAPS II ADULTO E DOIS SERVIÇOS DE RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA STR TIPO II. FINALIDADE FICA ADITADO O CONTRATO DE GESTÃO Nº 067/2016, COM A FINALIDADE DE PRORROGAR EXCEPCIONALMENTE, A VIGÊNCIA DO CONTRATO, PELA PRAZO DE 180 DIAS, PASSANDO A SER DE 22/12/2021 À 21/06/2022, OU ATÉ QUE SE CONCLUA O PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 067/2016. NÃO SE ENQUADRA O PRAZO DE 12 MESES. FICA ADITADO O VALOR MENSAL DO PRESENTE CONTRATO DE GESTÃO, QUE PASSARÁ A SER R\$ 347.660,54, VALOR R\$ 347.660,54 (MENSAL). EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-01. PROCESSO PRINCIPAL: 4916.989-17-1.

A Prefeitura Municipal de Aracatuba requer dilação de prazo (de 63, por 15 dias, para manifestar-se nos autos.

Defiro, a contar da publicação do presente despacho.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e archive-se.

PROCESSO: 00000896.989.22-5. CONTRATANTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCSS - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/0156-20). ORGANIZ. SOCIAL: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (CNPJ 61.699.567/0001-92). GERENCIADA: AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE PSIQUIATRIA - AME VILA MARIA - SPDM (CNPJ 61.699.567/0002-60). INTERESSADO(A): RONALDO RAMOS LARANJEIRA DANILAO CESAR FIORE JEANCARLO GORCHINYTEV EDUARDO RIBEIRO ADRIANO. ASSUNTO: TERMO DE ADITAMENTO Nº 01/2022 AO CONTRATO DE GESTÃO - Alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 01/01/2020,